

Gênero E Sexualidade: Desafios Contemporâneos E Perspectivas Para A Inclusão Social

Waldyr Barcellos Junior

Universidade Federal Fluminense - UFF
Historiador - Pedagogo, Mestrado Ensino

Odaize do Socorro Ferreira Cavalcante Lima

Universidade Federal do Pará - UFPA
Advogada e Mestra em Ciências e Meio Ambiente

Agnaldo Braga Lima

Universidade Federal do Pará - UFPA
Mestre e Doutor em Ciências e Meio Ambiente

André Luiz Dos Santos Barbosa

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
Mestrado em Extensão Rural

Natália Batista Andrade

Universidade UNESP
Psicóloga - Pós em Psicologia Social e
Mestra em Planejamento e Análise de Políticas Públicas

Mateus Andrade Rocha

Universidade UFSC
Odontologia - Doutorado em Odontologia

Alexandre Rodrigues Inácio De Azevedo

Universidade UFMG
Publicidade e Propaganda
Mestrado Profissional em Gestão de Serviços de Saúde

José Francisco De Sousa

Universidade UNB
Psicólogo - Doutorando em Psicologia pela UCES

Daniel Souza Tabosa

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA
Advogado - Pós-graduado em Direito Previdenciário e Direito Digital

Paulo Cesar Lavrador Junior

Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC
Graduação em Educação Física

Resumo

Gênero e sexualidade compõem dimensões fundamentais na configuração das identidades e das relações sociais, afetando modos de subjetivação, processos de inclusão e exclusão, bem como o acesso a direitos básicos. No contexto contemporâneo, marcado por transformações aceleradas na esfera cultural, midiática e política, surgem desafios expressivos para a garantia do respeito à diversidade sexual e de gênero, evidenciando a persistência de desigualdades estruturais. Nesse sentido, o debate acadêmico e as políticas públicas têm buscado responder

às demandas de grupos historicamente marginalizados, como pessoas LGBTQIA+ e mulheres que enfrentam diferentes modalidades de violência simbólica ou material. Autores como Judith Butler e Michel Foucault apontam para a fluidez das identidades sexuais e de gênero, questionando discursos que naturalizam desigualdades ou justificam discriminações com base em supostas verdades biologizantes. Tal perspectiva leva a repensar as instituições sociais, incluindo a escola, o mercado de trabalho e a família, a fim de que contemplem a pluralidade de expressões de gênero, superando estigmas e barreiras de acesso. Simultaneamente, os movimentos feministas, transfeministas e de diversidade sexual propõem estratégias de resistência e visibilidade, exigindo políticas inclusivas, leis antidiscriminatórias e a transformação de valores heteronormativos arraigados. A inclusão social, desse modo, passa por reconhecer a legitimidade de diferentes modos de ser e desejar, removendo obstáculos institucionais e culturais que limitam a participação de indivíduos trans, lésbicas, gays, bissexuais, entre outros. Embora iniciativas recentes em alguns países apontem avanços normativos, como a criminalização da homofobia e a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, tais conquistas não eliminam de pronto a violência, a precarização e os discursos de ódio. Dessa forma, refletir sobre gênero e sexualidade na atualidade implica observar a tensão entre reconhecimento e discriminação, bem como a necessidade de políticas públicas robustas que assegurem direitos e que promovam um ambiente social mais acolhedor para as múltiplas identidades e orientações. Assim, compreender e enfrentar esses desafios contemporâneos demanda abordagens interdisciplinares, que articulem conhecimentos de sociologia, antropologia, psicologia e estudos de gênero, propondo perspectivas inovadoras e efetivas para a construção de uma sociedade genuinamente inclusiva.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Desigualdades; Inclusão Social; Diversidade.

Date of Submission: 01-03-2025

Date of Acceptance: 11-03-2025

I. Introdução

A discussão contemporânea sobre gênero e sexualidade, enquanto categorias centrais para a compreensão das relações sociais, situa-se em um cenário de intensos debates políticos e culturais, no qual movimentos feministas e LGBTQIA+ reivindicam maior visibilidade e acesso a direitos (BUTLER, 2003). Ao mesmo tempo, persistem discursos normativos que sustentam concepções binárias de gênero e regulam a sexualidade, reforçando hierarquias e práticas discriminatórias (FOUCAULT, 1977). Nesse panorama, é fundamental analisar como esses debates reconfiguram as políticas públicas e a busca por inclusão social, evidenciando a tensão entre conquistas normativas, como leis antidiscriminatórias, e a manutenção de estruturas de poder que marginalizam ou silenciam experiências não hegemônicas (LOURO, 1997). De acordo com Joan Scott (1990), a categoria “gênero” não pode ser entendida de modo isolado, pois se articula com fatores de classe, raça e localidade, compondo um campo complexo de relações que atravessam o cotidiano. Assim, refletir sobre os desafios contemporâneos de gênero e sexualidade implica encarar a pluralidade das identidades e as diversas formas de violência que as pessoas enfrentam em espaços públicos e privados.

Para compreender a relevância do tema, é imprescindível situar as transformações históricas que conduziram a uma maior visibilidade das questões de gênero e sexualidade (HIRATA et al., 2009). O surgimento de movimentos sociais, como o feminista e o LGBTQIA+, propiciou um deslocamento do debate da esfera privada para a pública, denunciando opressões e demandando políticas inclusivas (BENTO, 2008). No entanto, a legislação e as políticas públicas, muitas vezes, caminham a passos lentos, em meio a resistências culturais e religiosas que procuram manter uma ordem heteronormativa (BUTLER, 2003). Michel Foucault (1977) argumenta que o poder disciplina corpos e subjetividades, estabelecendo normas que definem o que é legítimo ou não em termos de sexualidade. Esse quadro remete à importância de questionar as bases sociais e institucionais que sustentam a discriminação, bem como de propor ações afirmativas que garantam direitos e protejam minorias sexuais e de gênero.

O tema da inclusão social, nesse contexto, remete à capacidade das sociedades de acolher as diferenças, reconhecer a legitimidade de identidades diversas e promover a participação plena de indivíduos que fogem aos padrões hegemônicos de gênero (LOURO, 1997). Para Guacira Louro, a escola e outras instituições precisam desconstruir discursos essenciais sobre masculinidade e feminilidade, abrindo espaço para pedagogias que respeitem expressões plurais e combatam a transfobia e a homofobia (BENTO, 2008). Entretanto, as tentativas de inserir pautas de gênero e sexualidade em currículos escolares têm enfrentado oposição, sob alegações de que tais temas “ameaçam” valores morais (LOURO, 1997). Essa polêmica demonstra a dificuldade de consolidar uma abordagem inclusiva em sistemas educacionais marcados pela tradição e pela conveniência política, na qual lidar com a diversidade sexual pode ser considerado polêmico ou secundário (BENTO, 2008). À luz desse cenário, pensar perspectivas para a inclusão social exige estratégias interdisciplinares e políticas integrais que vão além do âmbito da escola, articulando saúde, assistência social e participação cidadã (FOUCAULT, 1977).

A compreensão de gênero e sexualidade como construções sociais e históricas, proposta por estudiosos como Judith Butler (2003), destaca o caráter performativo do gênero, reforçando a ideia de que não existem identidades de gênero fixas, mas sim processos de repetição de normas culturais. A partir dessa perspectiva, a

normatização da heterossexualidade e a marginalização das identidades e práticas dissidentes ganham contornos de opressão sistêmica, enraizada em estruturas familiares, religiosas e legais. O Estado, ao mesmo tempo em que se propõe a proteger minorias, nem sempre consegue alterar a mentalidade coletiva, prevalecendo discursos de ódio ou violência contra LGBTQIA+ (BUTLER, 2015). Nesse sentido, as perspectivas de inclusão social devem ser repensadas de modo a abarcar não apenas reconhecimento jurídico de direitos, como o casamento igualitário ou a retificação de nome para pessoas trans, mas também a promoção de um ambiente cultural de respeito e valorização das diferenças (BENTO, 2008). Assim, a discussão transborda a esfera legal, demandando intervenções educativas e campanhas públicas de conscientização que questionem os estereótipos e estigmas associados a corpos e sexualidades não conformes.

É igualmente fundamental examinar como as relações de gênero e sexualidade se entrecruzam com recortes de raça e classe, aprofundando exclusões (SCOTT, 1990; COLLINS, 2000). Mulheres negras, por exemplo, enfrentam sobreposições de discriminação, já que o racismo histórico e o sexismo se somam, resultando em piores condições no mercado de trabalho, acesso limitado a saúde e maior vulnerabilidade à violência doméstica (AKOTIRENE, 2019). Da mesma forma, pessoas trans e não binárias de periferias enfrentam desafios de inserção econômica e educacional ainda mais intensos, carecendo de políticas públicas específicas que lhes garantam, por exemplo, acesso a tratamentos de saúde e proteção contra a transfobia no ambiente laboral (BENTO, 2008). A interseccionalidade, conceito amplamente difundido por autoras feministas negras, exige que as reflexões sobre gênero e sexualidade não sejam tratadas de forma isolada, mas entendidas em correlação com o racismo, a discriminação econômica e outras dinâmicas de poder (COLLINS, 2000). Na medida em que a busca por inclusão social deve contemplar a complexidade dessas intersecções, políticas gerais e universais podem não ser suficientes para suprir as demandas específicas desses grupos (HIRATA et al., 2009).

Ao abordar desafios contemporâneos de gênero e sexualidade, destacam-se tensões em torno do conservadorismo crescente em alguns países, que repele conquistas como a criminalização da homofobia ou o acesso à cirurgia de redesignação sexual para pessoas trans (BUTLER, 2015). Tais movimentos conservadores mobilizam discursos religiosos ou nacionalistas para deslegitimar pautas de diversidade sexual e de gênero, dificultando avanços legislativos e colocando em risco direitos já estabelecidos (BENTO, 2008). A difusão do discurso de ódio pelas redes sociais intensifica a vulnerabilidade de minorias sexuais, gerando campanhas de desinformação que podem inviabilizar o debate público. Como consequência, a esfera política se vê polarizada, e as políticas de inclusão social sofrem constantes revezes ou estagnações (LOURO, 1997). Com isso, a sociedade enfrenta uma contradição: embora haja maior visibilidade de identidades sexuais na mídia e no mercado cultural, a consolidação de direitos e a redução efetiva de violência permanecem aquém do necessário (FOUCAULT, 1977).

Outro ponto relevante consiste em problematizar a noção de inclusão social para além do mero “acesso” aos mesmos espaços e direitos formais. Segundo Bento (2008), uma inclusão efetiva exigiria que a sociedade revisse suas instituições (saúde, educação, trabalho) para que não reproduzissem modelos cis-heteronormativos de convivência. Isso implicaria a criação de protocolos que respeitassem as identidades de gênero em todas as esferas, desde a adoção de nome social até a capacitação profissional para lidar com corpos e expressões variadas (BUTLER, 2015). Na educação, por exemplo, a inclusão das pautas de gênero e sexualidade no currículo e a oferta de informações seguras sobre diversidades sexuais poderiam prevenir casos de bullying e evasão escolar, especialmente entre adolescentes trans. Entretanto, sem uma transformação cultural que abranja a família e a comunidade, tais iniciativas podem esbarrar em preconceitos enraizados e na falta de adesão por parte de educadores e gestores escolares (LOURO, 1997). Desse modo, pensar inclusão social no campo de gênero e sexualidade deve ir além de leis e decretos, constituindo processos educativos e sociais de longo prazo.

Ao se considerar as perspectivas para a inclusão, diversos autores defendem a importância de uma abordagem interseccional e intersetorial (COLLINS, 2000; AKOTIRENE, 2019). Sob essa ótica, as políticas públicas devem articular esferas distintas, como saúde (oferecendo atendimento especializado para pessoas trans, programas de prevenção a ISTs), educação (promovendo material didático que reconheça a diversidade, capacitando docentes) e justiça (criminalizando a violência motivada por homotransfobia e capacitando forças policiais para lidar com essas situações) (BENTO, 2008). Tais arranjos complexos demandam capacidade de coordenação governamental e respaldo orçamentário, o que nem sempre se verifica, sobretudo em contextos políticos polarizados ou instáveis (BUTLER, 2003). Ademais, a participação ativa de movimentos feministas, transfeministas e LGBTQIA+ se mostra vital para a construção de agendas inclusivas que reflitam as demandas reais das populações afetadas. Quando esses movimentos conseguem ocupar espaços de formulação de políticas, há maior legitimidade e chance de implementação (LOURO, 1997).

Em termos de pesquisa e produção acadêmica, estudos de gênero e sexualidade têm se expandido, trazendo análises críticas que relacionam colonialismo, racismo e patriarcado à marginalização de corpos e desejos não conformes (COLLINS, 2000). Nessa perspectiva, a “descolonização” dos estudos de gênero implica repensar as referências eurocêntricas e considerar, por exemplo, as epistemologias indígenas e afrodescendentes, que podem apresentar concepções distintas sobre identidade de gênero ou práticas sexuais (AKOTIRENE, 2019).

Ao mesmo tempo, teóricas como Butler (2015) reforçam a importância de questionar a matriz binária de gênero, defendendo a legitimação de identidades não binárias. Essa pluralidade teórica reflete os desafios contemporâneos: as perspectivas de inclusão social devem lidar com a diversidade de contextos e culturas, evitando impor modelos homogêneos de emancipação. Nesse sentido, Michel Foucault (1977) já sublinhava a necessidade de analisar as relações de poder que definem quais sexualidades são reconhecidas ou silenciadas, enfatizando que a luta pela inclusão não pode prescindir do combate aos dispositivos de normalização.

Assim, diante do conjunto de reflexões apresentadas, consolida-se a compreensão de que a discussão sobre gênero e sexualidade não apenas exige um esforço político-institucional, mas também atenta à transformação cultural que permita aos sujeitos expressar suas identidades sem sofrer violência ou discriminação (LOURO, 1997). As práticas de exclusão, por vezes, naturalizadas no ambiente familiar, religioso e escolar, revelam a profundidade do enraizamento dos ideais heteronormativos. Portanto, a criação de estratégias efetivas de inclusão social necessita uma abordagem holística que integre: (1) leis e políticas que criminalizem a discriminação e garantam direitos civis a pessoas LGBTQIA+; (2) ações educativas que contribuam para reduzir o preconceito e ampliar a empatia; (3) serviços públicos que atendam demandas específicas de grupos marginalizados; (4) processos participativos e democráticos para a formulação das políticas, contando com as vozes das minorias sexuais e de gênero (BENTO, 2008). É nesse entrelaçamento que a inclusão se torna algo mais que uma concessão formal, aproximando-se de um reconhecimento substancial da dignidade e agência de cada sujeito.

Não se pode subestimar, entretanto, os retrocessos verificados em alguns cenários, onde o conservadorismo e o fundamentalismo religioso ganham força, questionando e revertendo avanços legais ou educacionais (BUTLER, 2015). A necessidade de diálogo e mediação, nesse contexto, é premente, mas também se faz necessário manter firmeza na defesa de princípios de igualdade e de livre expressão de gênero e sexualidade. A legitimação dos discursos de ódio e a naturalização da transfobia e homofobia configuram risco à coesão social e à segurança de indivíduos LGBTQIA+, evidenciando a fragilidade das conquistas quando não há respaldo institucional e cultural (FOUCAULT, 1977). Dessa forma, as perspectivas de inclusão social requerem vigilância constante, pesquisa ativa e alianças amplas que assegurem a continuidade e o aprofundamento de políticas inclusivas.

Ao se considerar o futuro, é plausível afirmar que a inclusão social, na esfera de gênero e sexualidade, transitará cada vez mais por debates sobre liberdade de expressão, políticas afirmativas, reconhecimento identitário e a resignificação das estruturas de poder (SCOTT, 1990). A juventude, mais conectada às redes digitais, tende a reivindicar identidades plurais, questionando binarismos e expandindo noções de família e relacionamento (BUTLER, 2003). Esse movimento cultural crescente encontra, porém, barreiras na institucionalidade conservadora e em grupos políticos que veem tais mudanças como ameaças aos valores tradicionais (LOURO, 1997). O confronto entre essas forças define o ritmo das transformações, que podem ser aceleradas em alguns contextos e bloqueadas em outros. Por outro lado, experiências internacionais de avanço em direitos de pessoas trans e de reconhecimento de uniões homoafetivas mostram a existência de caminhos legais e políticos para a inclusão, ainda que a interiorização de tais valores na sociedade exija tempo e debates constantes (BENTO, 2008).

Como forma de consolidar mudanças, reforça-se a relevância de investir em **processos educacionais críticos** que abordem gênero e sexualidade não apenas como temas pontuais, mas transversais ao currículo, articulando história, sociologia, literatura e artes (LOURO, 1997). Essas práticas educativas podem contribuir para a conscientização de crianças e adolescentes, reduzindo o preconceito e promovendo o respeito à diversidade. Políticas de saúde e assistência social, igualmente, devem adaptar-se às especificidades de gênero e sexualidade, garantindo, por exemplo, a disponibilização de serviços para pessoas trans e a capacitação de profissionais de saúde para evitar condutas transfóbicas (BENTO, 2008). Nessa direção, a inclusão social passa a ser vista como multifacetada e contínua, implicando a formação de redes de colaboração entre Estado, movimentos sociais e instâncias privadas comprometidas com a equidade. A influência de autores como Foucault (1977), Butler (2003) e Louro (1997) estimula um olhar crítico sobre as tecnologias de poder que definem normalidades e marginalidades, levando a questionar instituições e a lutar por espaços de autonomia.

Portanto, ao final desse percurso reflexivo, constata-se que o enfrentamento dos desafios contemporâneos de gênero e sexualidade, bem como a construção de perspectivas sólidas para a inclusão social, implicam um trabalho contínuo de desconstrução de estereótipos, de fortalecimento de identidades plurais e de concepção de políticas públicas eficazes (COLLINS, 2000). Não se trata de um processo linear ou homogêneo, mas de embates históricos, culturais e políticos que demandam estratégias de resistência e proposição de novos valores. As novas gerações, sensibilizadas por debates nas mídias digitais, tendem a pressionar por maior abertura e direitos, embora encontrem a reação de grupos conservadores (BUTLER, 2015). Esse dinamismo exige a ampliação das investigações acadêmicas, bem como da participação cidadã, para que cada conquista legal se traduza efetivamente em segurança, dignidade e liberdade para todas as expressões de gênero e sexualidade. Em síntese, a inclusão social aqui contemplada transcende o acesso formal, requisitando transformações profundas

nos modos de subjetivação e no reconhecimento mútuo, algo que somente se tornará realidade mediante um conjunto articulado de ações interdisciplinares e multilaterais (LOURO, 1997; BENTO, 2008).

Conclui-se, assim, que o debate sobre gênero e sexualidade segue central e desafiador na contemporaneidade, delineando inúmeros caminhos para a pesquisa e a formulação de políticas inclusivas. As reflexões teóricas de autores como Michel Foucault, Judith Butler e Guacira Louro, aliadas às demandas concretas de movimentos feministas e LGBTQIA+, demonstram que a luta pela inclusão social não pode ser separada de um questionamento abrangente das estruturas de poder e dos processos de normatização (FOUCAULT, 1977; BUTLER, 2003; LOURO, 1997). O horizonte de uma sociedade capaz de acolher a diversidade sexual e de gênero ainda se choca com preconceitos arraigados e contextos políticos adversos, fazendo com que cada passo em direção à igualdade seja, ao mesmo tempo, frágil e precioso. Contudo, a persistência dos movimentos sociais, as brechas institucionais conquistadas e a resiliência de sujeitos que vivenciam identidades não hegemônicas apontam que é possível construir perspectivas promissoras de inclusão, desde que haja articulação efetiva entre legislação, educação, cultura e participação social (BENTO, 2008; BUTLER, 2015). Nesse sentido, a análise aqui apresentada reforça a concepção de que gênero e sexualidade constituem dimensões cruciais para entender as desigualdades e projetar soluções de justiça social na atualidade.

II. Metodologia

Esta pesquisa, voltada à temática “Gênero e Sexualidade: Desafios Contemporâneos e Perspectivas para a Inclusão Social”, foi conduzida a partir de um desenho metodológico qualitativo, fundamentado em referenciais teóricos e práticos que realçam a relevância da compreensão aprofundada das dinâmicas sociais, culturais e políticas que envolvem a construção das identidades de gênero, as orientações sexuais e a diversidade de expressões correlatas. O fio condutor do trabalho foi a necessidade de analisar, de modo crítico e contextualizado, os fenômenos de discriminação, resistência, ativismo e formulação de políticas públicas que marcam o debate atual acerca de gênero e sexualidade, bem como as barreiras e possibilidades de inclusão social para grupos historicamente marginalizados. Tendo como inspiração principal o arcabouço dos estudos de gênero e de sexualidade (cf. Butler, 2003; Foucault, 1977; Louro, 1997; Bento, 2008) e as discussões sobre interseccionalidade (cf. Collins, 2000; Akotirene, 2019), o percurso metodológico privilegiou a investigação empírica a partir de múltiplos cenários sociais, aliada a uma análise documental e a reflexões teóricas ancoradas em princípios interpretativistas.

A escolha de uma abordagem qualitativa decorre do fato de que questões relativas a gênero e sexualidade envolvem experiências subjetivas, discursos, práticas culturais, relações de poder e representações que não se deixam capturar plenamente por indicadores quantitativos isolados. Conforme Flick (2013) e Minayo (2017), a pesquisa qualitativa possibilita uma apreensão mais densa e contextualizada das motivações, dos significados e das tensões que emergem no cotidiano. Ao mesmo tempo, recorreu-se a elementos quantitativos pontuais (por exemplo, questionários de caracterização ou estatísticas sobre violências registradas) a fim de subsidiar o entendimento das proporções e perfis dos fenômenos investigados. Entretanto, o cerne da metodologia repousa em técnicas de coleta e análise qualitativas, notadamente a entrevista em profundidade, a observação participante e a análise de conteúdo (Bardin, 2016), articuladas a procedimentos de triangulação de dados (Flick, 2013).

A constituição do campo empírico se deu, inicialmente, por meio de um mapeamento de instituições e movimentos sociais que lidassem com a pauta da diversidade de gênero e sexualidade, bem como de grupos que sofrem preconceito ou atuam no enfrentamento de discriminações. Esse mapeamento incluiu: (1) coletivos feministas e LGBTQIA+ em ambiente universitário e também em comunidades de periferia urbana; (2) centros de saúde especializados no atendimento a pessoas trans ou referência no acolhimento de populações em situação de vulnerabilidade sexual; (3) escolas públicas que realizavam (ou tentavam realizar) práticas pedagógicas relacionadas a gênero e sexualidade; (4) órgãos governamentais ou conselhos municipais responsáveis por políticas de diversidade, como secretarias de direitos humanos ou de cidadania; (5) movimentos e grupos religiosos que se posicionavam contrariamente a algumas pautas de gênero e sexualidade, compondo um contraponto necessário à compreensão das tensões contemporâneas. Tal seleção visou contemplar a heterogeneidade de atores, iniciativas e contextos, em consonância com a recomendação de Gil (2019) acerca da relevância de múltiplos cenários para análise de fenômenos complexos. Após contatos preliminares, definiu-se um recorte mais preciso, resultando em seis campos de observação e participação: um coletivo feminista negro numa grande cidade, um serviço municipal de saúde voltado a pessoas trans, um coletivo LGBTQIA+ universitário em região metropolitana, duas escolas (uma de ensino médio, outra de ensino fundamental) e um núcleo de ativistas católicos progressistas que militavam pelos direitos LGBTQIA+. Todos aceitaram participar e autorizaram a pesquisa, após esclarecimentos e assinatura de termos de consentimento (Minayo, 2017).

Para cada um desses espaços, adotou-se uma estratégia de inserção gradativa do pesquisador ou pesquisadora no cotidiano, com observações participantes ocorrendo em períodos variáveis de uma a três semanas, totalizando em torno de 200 horas de observação no conjunto. As anotações de campo registraram interações, falas, rotinas, modos de organização das atividades e eventuais episódios que evidenciassem tensões

ou colaborações relativas a gênero e sexualidade. Seguindo as recomendações de Bogdan e Biklen (2012), essas anotações foram organizadas cronologicamente, complementadas por reflexões e hipóteses interpretativas do pesquisador, mas mantendo uma distinção entre descrição (o que foi observado) e análise preliminar (as leituras que surgiam). A observação participante se mostrou valiosa principalmente para captar práticas e microrrelações: por exemplo, nas escolas, pôde-se notar como a temática de identidade de gênero emergia (ou não) em discussões de sala de aula e como docentes e alunos reagiam; nos coletivos ativistas, foi possível acompanhar assembleias e rodas de conversa, percebendo disputas internas e alianças que se formavam no trabalho de advocacy.

Em paralelo, realizou-se um conjunto de entrevistas semiestruturadas com atores-chave: lideranças dos coletivos, gestores de serviços públicos, professores e alunos no contexto escolar, militantes religiosos, além de pessoas que vivenciavam experiências de exclusão ou, ao contrário, de relativa inclusão. No total, foram 42 entrevistas, gravadas mediante consentimento, transcritas na íntegra e submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 2016). O roteiro de entrevista contemplava questões acerca de: significados atribuídos a gênero e sexualidade; experiências de discriminação, preconceito ou violência; visões sobre políticas públicas e leis relacionadas ao tema; estratégias de resistência, empoderamento e articulação política; percepções sobre avanços e retrocessos recentes; relações com recortes de raça, classe e território. A seleção dos entrevistados seguiu critério de saturação (Minayo, 2017), interrompendo-se quando falas começavam a se repetir e já ofereciam ampla diversidade de perspectivas. Muitas dessas entrevistas tiveram duração de 30 a 60 minutos, podendo chegar a 90 minutos em casos de maior disponibilidade e engajamento do entrevistado.

Para aprofundar a caracterização do perfil dos participantes e do contexto, aplicou-se também um questionário breve a 80 indivíduos (distribuídos em todos os cenários, embora não de modo estatisticamente representativo), que incluía perguntas fechadas sobre escolaridade, renda, identificação de gênero, orientação sexual, experiência de discriminação e participação em espaços políticos. Apesar do pequeno alcance quantitativo, esse instrumento auxiliou na descrição geral dos grupos, revelando, por exemplo, que a maioria dos ativistas universitários tinha perfil de classe média, enquanto o coletivo feminista negro e o serviço de saúde abrigavam predominantemente pessoas de classes populares. Esses dados permitiram relacionar variáveis socioeconômicas e de cor/raça com as narrativas qualitativas, seguindo orientações de Freed e Patton (adaptados em Gil [12]) para pesquisas exploratórias que combinam técnicas.

Outro componente central do método foi a **análise documental** de leis, decretos e resoluções nacionais, estaduais e municipais sobre proteção de minorias sexuais, identidade de gênero e políticas de equidade de gênero (Carvalho, 2012). Avaliaram-se, por exemplo, leis que criminalizam a homofobia, normas sobre retificação de registro civil para pessoas trans, orientações curriculares que abordem ou proíbam a discussão de “ideologia de gênero” e estatutos municipais de diversidade. Também se examinaram documentos internos dos coletivos, como relatórios de atividades, manifestos, regimentos das escolas, atas de reuniões em conselhos municipais, material pedagógico produzido. Esse corpus documental foi submetido a leitura crítica, relacionando o que estava prescrito e o que se via na prática, iluminando incongruências ou coerências (Louro, 1997; Butler, 2003). Muitos desses textos refletem a tensão entre avanços e resistências, por exemplo, quando detectamos diretrizes progressistas mas pouca implementação efetiva, ou políticas de discriminação que sofrem questionamentos judiciais. A análise desses documentos formou uma base para a articulação com as falas dos entrevistados, compondo um retrato policromático do cenário sociopolítico.

Após a fase de coleta, a análise de dados seguiu um percurso sistemático, orientado pelo método de análise de conteúdo temático (Bardin, 2016) e pela triangulação proposta por Flick (2013). Primeiro, as entrevistas transcritas foram lidas na totalidade, identificando seções relevantes em relação às categorias prévias (como “experiências de violência”, “percepção de políticas públicas”, “estratégias de enfrentamento e resistência”, “tensões com instituições religiosas” e “conexões entre gênero, raça e classe”). Em seguida, códigos específicos foram atribuídos a trechos ilustrativos, comparando-se diferentes falas e circunstâncias para identificar convergências e divergências. Posteriormente, procedeu-se ao cruzamento com as notas de campo (observações participantes), que podiam confirmar ou relativizar as declarações das entrevistas. Nesse processo, surgiu a necessidade de subcategorias que expressassem nuances, por exemplo, entre violências simbólicas sutis e agressões explícitas, ou entre experiências positivas de inclusão e processos de inclusão parcial. Os documentos legais e institucionais, por sua vez, foram categorizados segundo seu teor (políticas afirmativas, diretrizes restritivas, lacunas regulatórias), confrontando-os com a realidade concreta reportada pelos entrevistados. Assim, a triangulação trouxe à luz tanto os discursos hegemônicos de controle quanto as práticas de resistência e inovação (Foucault, 1977; Butler, 2003).

A validação dos achados contou com procedimentos como revisões internas, debates entre os pesquisadores sobre interpretações divergentes e a realização de devolutivas parciais em cada campo. Em tais devolutivas, apresentou-se um resumo preliminar aos participantes, pedindo correções ou esclarecimentos (Minayo, 2017). Esse passo evitou interpretações unilaterais e garantiu maior compromisso ético, pois devolveu parte do conhecimento produzido às comunidades envolvidas. Em termos de ética, a pesquisa seguiu a Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, obtendo consentimento livre e esclarecido, respeitando sigilo de

identidades e garantindo que todos os participantes pudessem recusar gravações ou retirar seu consentimento em qualquer momento (Minayo, 2017). Em razão da potencial vulnerabilidade dos sujeitos LGBTQIA+ e do risco de represálias, tomou-se o cuidado de anonimizar cuidadosamente as falas, usando pseudônimos e suprimindo elementos que pudessem identificá-los.

Passando aos resultados, a metodologia adotada evidenciou como as questões de gênero e sexualidade se expressam em fenômenos complexos que se desenrolam no dia a dia das instituições, das práticas ativistas e das relações interpessoais, compondo um campo de disputas simbólicas e políticas. Observou-se, em primeiro lugar, que o discurso sobre diversidade sexual e de gênero tende a ser mais aceito retoricamente, mas na prática de serviços públicos, escolas ou espaços comunitários, persistem resistências e manifestações explícitas ou veladas de preconceito (Butler, 2015; Bento, 2008). A observação participante em escolas, por exemplo, revelou contradições entre o regimento interno que proclamava respeito à diferença e as aulas efetivas, onde muitos professores evitavam abordar sexualidade com receio de polêmicas, ou quando o faziam, limitavam-se a informações biológicas, sem abrir reflexão sobre identidades e relacionamentos. Esse distanciamento entre discurso e prática aparecia igualmente no centro de saúde, onde a equipe alegava acolhimento universal, mas pacientes trans relatavam constrangimentos.

Outro resultado marcante foi a relevância da participação de movimentos sociais e coletivos de base para promover a inclusão social. No coletivo feminista negro e no coletivo LGBTQIA+ universitário, notou-se que a organização autônoma dos sujeitos permitia gerar recursos simbólicos e práticos para enfrentar o preconceito: oficinas de formação, campanhas, articulações com veículos de comunicação, ações judiciais, protestos. Tais dinâmicas confirmam a tese de que a mudança cultural e institucional não advém apenas do Estado, mas também da pressão, mobilização e proposições vindas de grupos historicamente excluídos (Collins, 2000; Hirata et al., 2009). Entretanto, esses coletivos sofriam limitações financeiras e careciam de maior apoio público, dependendo de voluntariado ou do interesse pontual de certos mandatários. Assim, a efetividade das intervenções se via por vezes inibida pela falta de perenidade dos projetos e pela escassa institucionalização.

Em termos de políticas públicas, o levantamento documental indicou avanços legislativos recentes, como leis contra a discriminação e decretos reconhecendo direitos de pessoas trans, porém encontravam-se lacunas consideráveis, sobretudo na aplicação. Casos de violência homofóbica, transfobia, feminicídio, assédio sexual e estigma contra pessoas não heterossexuais surgiam em alta nos depoimentos, confirmando que a legislação não se traduz automaticamente em redução da violência (Carvalho, 2012). Somado a isso, a influência de setores conservadores, inclusive religiosos, aparecia na forma de propostas de lei que restringiam a abordagem de “ideologia de gênero” na escola ou questionavam a legitimidade de casamentos homoafetivos. No contexto municipal analisado, notou-se uma correlação direta entre a postura da gestão local e a amplitude das políticas inclusivas — quando prefeitos ou vereadores eram simpáticos à pauta, havia mais chances de criação de conselhos e programas específicos; quando contrários, travavam iniciativas que poderiam apoiar a população LGBTQIA+, como projetos de capacitação profissional ou leis de cotas para pessoas trans (Butler, 2003; Bento, 2008).

A análise interseccional despontou como crucial na compreensão de como gênero e sexualidade não podem ser vistos isoladamente de marcadores de raça, classe e território (Collins, 2000; Akotirene, 2019). Mulheres trans negras, por exemplo, emergiam como alvos preferenciais de violências múltiplas, combinando transfobia, racismo, precariedade econômica e dificuldade de inserção formal no mercado de trabalho, o que frequentemente resultava em prostituição compulsória ou vulnerabilidade extrema no acesso à moradia. Tais relatos reforçaram o entendimento de que políticas universais de proteção a LGBTQIA+ podem não ser suficientes se não considerarem especificidades raciais e socioeconômicas, demandando medidas afirmativas direcionadas a grupos ainda mais expostos. O coletivo feminista negro analisado, por exemplo, reivindicava políticas próprias para mulheres cis e trans negras, que incluíssem cotas em concursos públicos, bolsas para permanência estudantil e atenção ampliada em saúde mental, uma vez que o esgotamento psíquico decorrente do racismo e transfobia se mostrava alto entre suas membros (Hirata et al., 2009; Bento, 2008).

No campo religioso, a inserção metodológica envolveu a participação em encontros de um núcleo católico progressista, que se dizia comprometido com a teologia inclusiva e a defesa dos direitos LGBTQIA+. Essa experiência revelou discursos de acolhida e respeito, mas também conflitos internos, pois parte da comunidade católica local rejeitava as pautas de diversidade sexual, levando o núcleo a ser marginalizado ou pouco apoiado pela diocese. No entanto, o grupo mantinha um trabalho de acompanhamento pastoral a fiéis gays e trans, inclusive intermediando conflitos familiares e promovendo retiros que discutiam a reconciliação entre fé e sexualidade. Essa prática concreta de inclusão contrastava com setores evangélicos ou católicos conservadores que figuraram na pesquisa documental como opositores ativos de leis que mencionassem “gênero” na educação. Tais divergências ilustram a pluralidade existente no campo religioso, ao mesmo tempo em que confirmam a relevância desse fator na disputa simbólica e política em torno da inclusão (Foucault, 1977; Butler, 2015).

Portanto, os resultados metodologicamente construídos, via observação participante, entrevistas, questionários e análise documental, apontam para a conclusão de que gênero e sexualidade constituem, no presente, campos de controvérsia e luta, com avanços parciais, mas também muitos obstáculos. A inclusão social

ainda se dá de forma fragmentada: se algumas instituições e movimentos buscam construir ambientes acolhedores, outras instâncias persistem em práticas excludentes, reforçadas por preconceitos estruturalmente enraizados. O arcabouço teórico de Foucault [3], Butler [1] e Louro [4] foi de grande valia para interpretar os mecanismos de normalização de corpos e desejos, assim como para elucidar as brechas onde a resistência se manifesta. Ao mesmo tempo, referências como Bento [5], Collins [7] e Akotirene [8] tornaram clara a intersecção de múltiplas formas de opressão, indicando a imprescindível abordagem interseccional.

Do ponto de vista metodológico, ressalta-se que a abrangência do estudo, ao contemplar variados cenários e interlocutores, foi fundamental para permitir uma visão complexa e não reducionista do fenômeno, coerente com a proposta de Flick (2013) sobre triangulação de fontes e contextos. A utilização de entrevistas em profundidade e observações participantes, aliadas a documentos e questionários, assegurou uma leitura densa e situada. Ao mesmo tempo, reconhecem-se limites como a impossibilidade de generalização estatística e o fato de que cada cenário possui dinâmicas específicas. Os achados, todavia, podem oferecer insumos para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades cotidianas de pessoas LGBTQIA+ e mulheres em sua diversidade. Ademais, a pesquisa confirma que a efetiva inclusão social exige uma mudança cultural de amplitude, no sentido de desconstruir estereótipos e de instituir, em cada esfera da vida social, mecanismos de acolhimento, proteção e respeito.

Em síntese, a metodologia adotada, com seu caráter qualitativo, exploratório e de triangulação, favoreceu a compreensão de como os desafios contemporâneos em torno de gênero e sexualidade se materializam em práticas, discursos e regulamentações, bem como das perspectivas que emergem na forma de movimentos sociais, iniciativas educacionais, políticas públicas incipientes e articulações comunitárias. Essa abordagem interpretativista (Minayo, 2017; Gil, 2019) mostrou-se adequada a um tema que envolve subjetividade, poder e disputas simbólicas, trazendo à tona vozes e vivências pouco visibilizadas. O desenvolvimento dessa metodologia reforça ainda o compromisso ético de restituir resultados às populações pesquisadas, gerando reflexão e possivelmente subsidiando intervenções sociais concretas. Desse modo, a relação entre teoria e prática, tão cara aos estudos de gênero e sexualidade, encontrou na pesquisa qualitativa um veículo privilegiado para revelar como as identidades e os corpos são governados, mas também como se abrem possibilidades de emancipação e inclusão.

III. Resultado

Os resultados desta pesquisa, dedicada ao tema “Gênero e Sexualidade: Desafios Contemporâneos e Perspectivas para a Inclusão Social”, evidenciam um panorama multifacetado em que discursos, práticas, instituições e sujeitos se entrecruzam de maneira tensa, revelando tanto possibilidades de avanço quanto persistentes obstáculos à efetiva inclusão de pessoas LGBTQIA+ e à promoção de equidade de gênero. A análise qualitativa, embasada em entrevistas, observações participantes e levantamento documental, permitiu desvendar processos concretos de exclusão e discriminação, bem como iniciativas de resistência e políticas que buscam garantir maior reconhecimento e participação social. Ao longo dos contextos investigados — coletivos universitários, centros de saúde para pessoas trans, escolas públicas, grupos feministas negros, secretarias governamentais — surgiram convergências em relação às barreiras comuns enfrentadas por sujeitos com identidades sexuais ou expressões de gênero dissidentes, ao mesmo tempo em que emergiram dinâmicas de agência e construção de redes solidárias. A seguir, apresenta-se um mapeamento interpretativo, articulado em eixos temáticos que refletem a diversidade e a complexidade dos achados.

O primeiro eixo diz respeito às **formas de exclusão e violência**, que se manifestam de maneiras variadas, desde práticas explícitas de agressão física e verbal até microagressões e olhares de estranhamento. Entrevistados trans relataram episódios de humilhação no ambiente escolar ou de trabalho, falta de reconhecimento de seus nomes sociais e, em casos mais graves, recusas de atendimento em serviços de saúde ou policiamento. Tais violências se ancoram em discursos heteronormativos e cisonormativos que, mesmo sem se expressarem como atos diretos de ódio, impõem constrangimentos e inibições cotidianas. Esses testemunhos ecoam reflexões de Michel Foucault (1977) sobre as tecnologias de poder que definem normas corporais e punem o que foge ao padrão, bem como apontam para o conceito de performatividade de gênero de Judith Butler (2003), ao revelar que a vida social sanciona identidades que não correspondem ao binarismo tradicional. Na escola, por exemplo, alunos LGBTQIA+ frequentemente sofriam bullying, confirmando a permanência de uma cultura que privilegia masculinidades hegemônicas e ridiculariza expressões tidas como “femininas” ou “desviantes”. Observou-se também que em algumas instituições, ainda que haja discursos oficiais de tolerância, faltam protocolos concretos para acolher as vítimas ou responsabilizar agressores, resultando em subnotificação e normalização de práticas discriminatórias.

Conectado a esse tema está o **impacto psicossocial** dessas violências. Pessoas trans e não binárias, por exemplo, narraram sentimentos de ansiedade e depressão decorrentes do preconceito reiterado, além de dificuldades para manter vínculos familiares. Mulheres lésbicas ou bissexuais mencionaram assédios e violências corretivas, enquanto homens gays relataram piadas homofóbicas ou chantagens emocionais em círculos religiosos. O quadro corrobora a tese de Bento (2008) sobre a patologização social das identidades trans e de

Louro (1997) acerca do papel disciplinador das instituições. Ademais, a vivência de tais violências, somada à ausência de políticas eficazes, gera evasão escolar, precariedade laboral e menor acesso a direitos. A análise documental mostrou, por exemplo, que a lei que proíbe a discriminação contra pessoas trans em estabelecimentos comerciais não tinha mecanismos de fiscalização efetivos em um dos municípios estudados, o que se traduzia em casos de proibição de entrada em salões de beleza ou academias. Assim, percebe-se um hiato entre a lei escrita e a implementação prática, reforçando as reflexões de Carvalho (2012) sobre a fragilidade de muitas conquistas formais.

O segundo eixo de resultados se refere às **estratégias de resistência e ativismo** que despontam como contraponto às exclusões. Em vários cenários, a organização coletiva mostrou-se fundamental para oferecer suporte às pessoas LGBTQIA+ e às mulheres que sofrem diferentes formas de opressão. O coletivo universitário LGBTQIA+ realizava rodas de conversa, grupos de estudo e intervenções artísticas no campus, denunciando práticas de discriminação e reivindicando, por exemplo, a inclusão do nome social em todos os registros acadêmicos. Já o grupo feminista negro promovia oficinas de autoestima e palestras sobre interseccionalidade, articulando raça, gênero e classe para evidenciar como mulheres negras cis e trans são atravessadas por múltiplos eixos de subordinação (Collins, 2000; Akotirene, 2019). Em suas assembleias, havia um esforço de horizontalidade, e a pesquisa evidenciou um forte senso de solidariedade interna: integrantes relatavam que, graças à rede de apoio do coletivo, conseguiram enfrentar casos de violência doméstica ou retomar estudos interrompidos. Nesses espaços de militância, a noção de “sororidade” ou “irmandade” se ampliava para contemplar identidades trans, desafiando feminismos tradicionais que por vezes ignoram ou rejeitam a questão trans (Hirata et al., 2009).

Também se observou o papel das **alianças intersetoriais**: em uma das cidades, a secretaria de direitos humanos mantinha diálogo contínuo com o coletivo LGBTQIA+ e com o conselho municipal de diversidade, resultando em campanhas anuais contra a homofobia e na criação de um evento cultural voltado a artistas trans e travestis. Esse exemplo mostrou que, quando há vontade política e abertura institucional, as políticas públicas podem ganhar densidade, envolvendo atores da sociedade civil e gerando um efeito multiplicador no ambiente local (Butler, 2015). Entretanto, essa cooperação não se verifica em todos os contextos, pois, em municípios com liderança conservadora, as demandas por conselhos e parcerias eram rechaçadas ou ignoradas, e coletivos não encontravam canais oficiais de interlocução. Como consequência, a resistência se limitava a protestos pontuais, sem muito impacto nas estruturas governamentais.

O terceiro eixo diz respeito à **construção de políticas de inclusão**. A análise documental e as entrevistas com gestores públicos evidenciaram a existência de programas específicos, como a oferta de retificação de nome social sem custo em determinados cartórios, a criação de centros de referência LGBTQIA+ para atendimento psicossocial, ou a adoção de cotas para pessoas trans em concursos públicos, embora tais medidas fossem pontuais e variáveis conforme a cidade ou estado. Em muitos casos, a inclusão dependia mais do engajamento pessoal de algum secretário ou prefeito do que de uma política de Estado consolidada. Esse caráter personalista e intermitente confirmava a fragilidade institucional descrita por Carvalho (2012). A mesma precariedade apareceu na educação: ainda que algumas diretrizes nacionais recomendem tratar de gênero e sexualidade de forma transversal, há legislações estaduais ou municipais que proíbem terminologias como “ideologia de gênero” nos currículos, gerando confusão e autocensura dos professores (Louro, 1997). Observou-se, assim, um embate entre forças progressistas e conservadoras, travado em âmbito legislativo e que repercute diretamente na possibilidade de abordar o tema com legitimidade em sala de aula. Em uma das escolas pesquisadas, a diretora relatou que a secretaria de educação do município havia emitido um ofício proibindo “conteúdos inadequados sobre sexualidade”, sem definir claramente o que seria “inadequado”, resultando em medo e autocensura do corpo docente.

O quarto eixo de resultados abrange a **relação com instituições religiosas**. Nesse campo, houve tanto exemplos de igrejas inclusivas, como a católica progressista que reconhecia a dignidade das pessoas LGBTQIA+ e buscava reformular leituras teológicas, quanto grupos religiosos fundamentalistas que explicitamente combatiam políticas de diversidade e hostilizavam pessoas trans. Alguns entrevistados LGBTQIA+ relataram ter sofrido exorcismos familiares ou coerção para terapias de “reversão”, confirmando a permanência de práticas que patologizam ou demonizam identidades sexuais divergentes (Bento, 2008). Já no coletivo católico progressista, a atuação voltada ao acolhimento e à conscientização de fiéis mostrava que a religião pode, por outro lado, servir como espaço de ressignificação e solidariedade. Contudo, essa ala progressista também era minoritária, enfrentando resistência de bispos e lideranças que mantinham a interpretação conservadora da moral sexual. Esse paradoxo demonstra a complexidade do fenômeno religioso, que não se reduz a um bloco monolítico, mas exerce influência relevante na conformação ou na obstrução das políticas de inclusão (Butler, 2015).

O quinto eixo se refere ao **impacto geracional e às redes digitais**. Muitos entrevistados jovens relataram ter encontrado suporte e informação na internet, em redes sociais e fóruns que abordavam gênero e sexualidade, o que lhes permitiu questionar preconceitos e se reconhecer em identidades não binárias ou orientações sexuais diversas. Essa dimensão digital, associada às redes de ativismo online, contrasta com gerações anteriores que

dependiam de sociabilidade presencial restrita. A juventude, portanto, tende a apresentar maior fluidez e menos tabus, embora ainda assim enfrente bullying e pressões familiares. A pesquisa mostrou que as redes sociais são tanto um espaço de acolhimento e militância quanto de discurso de ódio, uma vez que grupos conservadores e trolls também se organizam online para difundir fakenews ou insultos. Esse cenário confirma as observações de Butler (2015) sobre a performatividade de gênero que se expande nos meios virtuais, criando novas arenas de disputa simbólica. Desse modo, o acesso digital pode reforçar a formação de identidades críticas, mas igualmente expõe as pessoas a ataques que podem agravar vulnerabilidades psíquicas.

O sexto eixo envolve a **articulação entre gênero, sexualidade, raça e classe**, consolidando a abordagem interseccional. Mulheres trans negras em situação de prostituição, por exemplo, relataram não ter condições de concluir o ensino médio devido à violência escolar e à falta de políticas de permanência, resultando em dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho. Por sua vez, mulheres cis negras em contexto de pobreza narraram episódios de duplo preconceito — racismo e sexismo — e, quando se tratava de mulheres lésbicas ou bissexuais negras, adicionava-se a lesbofobia ao pacote de estigmas, multiplicando as barreiras de acesso a serviços públicos (Collins, 2000; Akotirene, 2019). A interseccionalidade, portanto, não se mostrou um conceito teórico abstrato, mas uma realidade empírica que condiciona quem tem maior ou menor chance de acessar políticas de inclusão. O coletivo feminista negro elaborava, por exemplo, projetos de formação profissional específicos para mulheres trans negras, alegando que a oferta genérica de cursos não contemplava as demandas concretas desse grupo (Hirata et al., 2009). Contudo, esbarrava na ausência de financiamento público e no desinteresse de patrocinadores, revelando a subvalorização de pautas consideradas “minoritárias”. Esses achados confirmam a importância de políticas focalizadas que reconheçam a sobreposição de opressões.

O sétimo eixo está relacionado à **concepção de inclusão social** e como ela é compreendida pelos diferentes atores. Alguns gestores de secretarias afirmavam que bastava a legislação proibir a discriminação e garantir igualdade formal de direitos. Já os movimentos e coletivos defendiam que inclusão social implica uma transformação profunda das instituições, das mentalidades e da cultura, indo além de leis, para questionar estruturas familiares, currículos escolares e normas de contratação no trabalho (Butler, 2003; Bento, 2008). Em outras palavras, a inclusão, para esses militantes, não se restringe a “ter acesso” aos mesmos espaços, mas envolve o reconhecimento e a celebração de expressões diversas de gênero e sexualidade, a proteção contra violências e a garantia de condições materiais para a sobrevivência digna. Esse contraste evidencia uma tensão entre uma perspectiva liberal, que enfatiza direitos individuais, e uma perspectiva crítica, que demanda reformulações coletivas e o desmantelamento de hierarquias. A pesquisa, assim, revela que a inclusão social não é um conceito unívoco, mas disputado entre abordagens minimalistas e visões transformadoras (Carvalho, 2012; Foucault, 1977).

O oitavo e último eixo, intitulado **perspectivas de mudança**, aborda as propostas e visões de futuro expressas pelos entrevistados. De modo geral, houve um consenso de que, apesar dos retrocessos políticos e da permanência de violências, há maior visibilidade e mobilização em torno de gênero e sexualidade, o que impulsiona debates e conquistas. Alguns participantes viam na juventude uma força motriz, por estarem mais habituados às discussões sobre fluidez de gênero e à linguagem inclusiva. Também se mencionou a necessidade de alianças entre movimentos feministas, LGBTQIA+ e antirracistas, reforçando o conceito de coalizão defendido por autoras como Collins (2000) e Akotirene (2019). Ademais, as experiências positivas de escolas que adotaram projetos pedagógicos inclusivos sugerem que há caminhos para romper com a “cultura do silêncio” (Louro, 1997). Contudo, para que esses exemplos se tornem regra, seriam imprescindíveis formações continuadas de professores, campanhas públicas de conscientização, políticas de incentivo a empregadores que contratem pessoas trans, além de mecanismos de fiscalização rigorosa de discriminação em estabelecimentos de saúde e comércio.

Alguns entrevistados trans enfatizaram a relevância de ampliar o acesso à hormonização e cirurgias, sem condutas patologizantes, bem como a formação de equipes de saúde que compreendam a pluralidade das identidades. No campo educacional, alunos e professores LGBTQIA+ pediam a produção de materiais didáticos livres de estereótipos, e a inserção de conteúdos sobre história dos movimentos de diversidade sexual e de gênero, criando pontes entre a sala de aula e a realidade vivenciada. No setor religioso progressista, a proposta era seguir dialogando com fiéis e lideranças, mesmo em face de resistências, a fim de gradualmente desconstruir leituras bíblicas excludentes. Tais visões otimistas coabitam, porém, com a percepção de que forças políticas conservadoras continuam avançando em muitos parlamentos, tentando suprimir ou reverter direitos conquistados. Essa dualidade confirma a análise de Butler (2015) sobre a precariedade das conquistas e a necessidade de vigilância e mobilização permanentes.

Desse conjunto de resultados, é possível inferir que o estado atual dos desafios contemporâneos de gênero e sexualidade, em termos de inclusão social, é marcado por um paradoxo: ao mesmo tempo em que há maior conscientização e alguma institucionalização de direitos, há também a intensificação de discursos e práticas contrárias à diversidade, reforçando mecanismos de exclusão e violência (Bento, 2008; Butler, 2015). A pesquisa deixa claro que as soluções passam por articulações múltiplas: legislação coerente, políticas públicas sustentadas, educação transformadora, reconhecimento das interseccionalidades, espaços de participação cidadã e mudanças

culturais profundas. Nesse sentido, a noção de “perspectivas para a inclusão social” não se reduz a uma fórmula universal, mas requer arranjos locais que deem voz às populações afetadas, respeitando a pluralidade de contextos (Collins, 2000; Akotirene, 2019). Tais arranjos devem contemplar a formação de parcerias entre Estado e sociedade civil, a garantia de recursos financeiros e a adoção de processos pedagógicos e formativos que atuem nas raízes do preconceito.

Em termos conclusivos, o conjunto de evidências sugere que, embora o caminho para a plena inclusão de pessoas LGBTQIA+ e a igualdade de gênero seja árduo e repleto de retrocessos pontuais, há iniciativas e movimentos que demonstram a viabilidade de transformações, ainda que localizadas. Esses processos transformativos, por sua vez, são catalisados pela convergência de ações institucionais (leis, políticas, serviços especializados) com práticas comunitárias e pedagógicas de base, em que se experimentam outras formas de convivência e reconhecimento mútuo. Com base em Foucault (1977), pode-se dizer que as relações de poder que marginalizam corpos e desejos também abrem brechas para resistências; com Butler (2003), entende-se que o gênero é performativo e, portanto, passível de reencenação subversiva; com Louro (1997), compreende-se que a educação pode desempenhar papel crucial na desconstrução de discursos essencialistas. No fim, a pesquisa confirma que gênero e sexualidade são arenas de disputa política e cultural, onde a inclusão social se delinea como um horizonte que exige constante reinvenção coletiva. Tal horizonte, ainda que desafiador, segue sendo impulsionado pela coragem e criatividade dos sujeitos que, na prática diária, constroem redes de solidariedade e reivindicam o direito de existir plenamente em suas identidades.

IV. Discussão

A discussão acerca de gênero e sexualidade, em sua relação com os desafios contemporâneos e as perspectivas de inclusão social, revela um cenário marcado por ambiguidades, disputas de poder e processos de resistência que coexistem em diversas esferas da vida social. Sob a ótica de autoras/es como Judith Butler, Michel Foucault, Guacira Louro, Bell Hooks, Patricia Hill Collins e outros, emerge a compreensão de que as normas de gênero e os regimes de sexualidade não são fenômenos naturais ou imutáveis, mas sim construções histórico-culturais atravessadas por relações de poder e discursos que definem o que é considerado legítimo ou abjeto. A análise dos dados, aliada às reflexões teóricas, indica que as identidades de gênero e orientações sexuais são continuamente produzidas e performadas no cotidiano, ao mesmo tempo em que encontram barreiras institucionais e simbólicas que dificultam a plena inclusão de grupos como mulheres, pessoas trans, travestis, gays, lésbicas, bissexuais e não binárias, sobretudo quando tais sujeitos também se encontram em contextos de pobreza, racismo ou outras desigualdades estruturais. Ainda que se verifiquem certos avanços normativos e discursivos – como legislações antidiscriminatórias, maior presença de pautas LGBTQIA+ em debates públicos e o crescimento de coletivos feministas e queer –, a efetividade dessas conquistas é frequentemente minada por resistências políticas, religiosas e culturais que tentam manter intactas as hierarquias de gênero e sexualidade. Diante disso, a discussão demanda situar, em primeiro lugar, a historicidade das regulações de gênero e sexualidade, conforme proposto por Michel Foucault, que identifica nas sociedades modernas o surgimento de dispositivos de controle dos corpos e das condutas, legitimados por discursos biomédicos, jurídicos e morais. Esse arcabouço disciplinar opera tanto pela imposição de normas como pela marginalização de identidades que desafiam o binarismo homem-mulher e a heterossexualidade compulsória. A noção de performatividade de gênero, desenvolvida por Butler, aprofunda a ideia de que não existe uma essência fixa ou natural para o masculino e o feminino; ao contrário, o gênero é constituído por atos repetitivos que, por força de sua repetição normativa, se consolidam como “verdades”. Tal compreensão joga luz sobre a precariedade de sujeitos que não se encaixam nos padrões de masculinidade ou feminilidade, evidenciando que a inclusão social requer desafiar esses padrões que excluem e violentam pessoas não conformes. Em consonância com essa abordagem, a pesquisa de campo mostra que, em espaços como escolas, serviços de saúde, universidades e coletivos comunitários, há tensões cotidianas: professores que evitam abordar “ideologia de gênero” por medo de retaliações, alunos trans que abandonam os estudos devido ao bullying e à falta de reconhecimento de seus nomes, profissionais de saúde que, mesmo bem intencionados, não dispõem de formação para acolher pessoas trans sem reproduzir estigmas, e gestores que tentam implementar políticas de inclusão mas enfrentam pressões de setores conservadores. Tal panorama confirma a análise de Guacira Louro de que a educação formal ainda tende a perpetuar concepções essencialistas de gênero e sexualidade, reforçando estereótipos e dificultando uma pedagogia que valorize a pluralidade. Por outro lado, há iniciativas pedagógicas inovadoras em algumas redes ou escolas, demonstrando que a adoção de práticas de debate sobre gênero e diversidade sexual pode reduzir preconceitos, sobretudo quando integrada a um projeto político-pedagógico que envolva docentes, discentes e comunidade. Entretanto, essas iniciativas enfrentam contradições, já que muitas vezes carecem de respaldo oficial ou sofrem censura de grupos religiosos e políticos, evidenciando o conflito entre discursos de inclusão e políticas de controle moral. Nesse sentido, a discussão evidencia a urgência de políticas públicas que não apenas proclamem a igualdade formal, mas ofereçam mecanismos concretos de proteção e incentivo à inclusão, tal como a facilitação de retificação de registro civil para pessoas trans, a criminalização efetiva da homofobia e transfobia, a garantia de acesso a saúde

integral e a adoção de protocolos de acolhimento em serviços públicos. No entanto, a mera existência de leis não assegura a mudança cultural necessária, de modo que o arcabouço legal pode coexistir com práticas de discriminação cotidianas. Isso se mostra particularmente evidente quando se observam casos de violência simbólica, como o uso de piadas, rótulos pejorativos e exclusão sutil, ou episódios de violência física e sexual contra pessoas LGBTQIA+. Tal situação confirma o alerta de teóricas como Collins e Akotirene, que sublinham a interseção de múltiplas opressões, de modo que uma mulher trans negra de periferia, por exemplo, enfrenta racismo, transfobia, precariedade econômica e a hipervulnerabilidade a violações de direitos, sendo a inclusão social um desafio muito mais complexo do que simples acesso a leis. Assim, a discussão assinala que a efetividade de políticas de inclusão depende, por um lado, de uma abordagem interseccional que reconheça essas sobreposições de desigualdades e, por outro, de um compromisso político de longo prazo para assegurar recursos e formações profissionais adequadas. Em muitos cenários, observou-se que a articulação entre movimentos sociais e instâncias governamentais pode resultar em políticas mais abrangentes, como conselhos municipais de diversidade, programas de formação continuada de professores em gênero e sexualidade, criação de centros de referência LGBTQIA+ e campanhas públicas de conscientização. Essas iniciativas, quando dotadas de estrutura e continuidade, podem minimizar violências e abrir canais de participação cidadã. Entretanto, a pesquisa mostra que, em alguns municípios, a presença de forças políticas conservadoras bloqueia a criação ou a manutenção de tais projetos, levando a retrocessos ou estagnações. A tensão entre esses dois polos – avanço de políticas inclusivas e reações conservadoras – reflete o caráter eminentemente político do debate sobre gênero e sexualidade, em que a inclusão social se vê submetida a disputas ideológicas no parlamento, no executivo e nos discursos religiosos. Nesse ponto, percebe-se também a dimensão religiosa do embate: a influência de igrejas tradicionais, tanto católicas quanto evangélicas, que se opõem a certos direitos LGBT, contrasta com iniciativas de setores religiosos progressistas que defendem a inclusão e reinterpretam teologias. A pesquisa mostra que, em alguns casos, grupos religiosos conservadores pressionam escolas a não adotar discussões sobre diversidade sexual, enquanto, em contrapartida, há paróquias ou comunidades que acolhem fiéis LGBTQIA+ e promovem uma teologia inclusiva. Esse embate indica que a religião não é monolítica, mas um campo de disputa, e que a presença ou ausência de alianças entre movimentos feministas, LGBTQIA+ e atores religiosos pode ser determinante para o sucesso ou fracasso de determinadas agendas de inclusão. A discussão contempla também o papel das redes sociais e das tecnologias digitais na ampliação da visibilidade de pautas de gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que facilitam a disseminação de discursos de ódio ou fake news. Muitos jovens entrevistados relataram que se reconheceram como trans, não binários, lésbicas ou bissexuais a partir de conteúdos online, encontrando coletivos virtuais de apoio. Contudo, também se depararam com ameaças e cyberbullying, confirmando a ambiguidade desse ambiente. Tal fenômeno demanda políticas e estratégias de mediação digital, apontando para a necessidade de educação midiática e de responsabilização de plataformas contra a difusão de violência simbólica. Do ponto de vista das possibilidades de mudança, a discussão realça a importância de uma cultura de pesquisa e formação, tanto na educação básica quanto na formação de profissionais de saúde, assistência social e segurança pública. Se esses profissionais não recebem preparação para lidar com a diversidade de gênero e sexualidade, tendem a reproduzir preconceitos ou adotar posturas patologizantes, ferindo ainda mais as populações vulneráveis. Por outro lado, quando há formação continuada e inclusão de tais temas nos currículos de licenciatura e de cursos técnicos, a qualidade do atendimento e do acolhimento tende a melhorar, e as escolas podem tornar-se espaços de promoção de direitos. Nesse aspecto, a literatura de Guacira Louro (1997) e Bento (2008) se mostra crucial, pois enfatiza que as instituições educacionais, mesmo que não resolvam todos os problemas sociais, podem contribuir significativamente para a desconstrução de estereótipos e a formação de valores inclusivos. Ao mesmo tempo, a discussão suscita a relevância do ativismo autônomo e do associativismo comunitário, que, muitas vezes, antecipa iniciativas estatais ou supre lacunas onde o Estado é omissor. Grupos feministas negros e coletivos LGBTQIA+ em universidades e periferias criam, por exemplo, redes de solidariedade, caixas de apoio financeiro emergencial, oficinas de capacitação para trabalho, tudo isso sem depender integralmente de verbas públicas. Tais experiências confirmam a teoria de Collins (2000) sobre o poder transformador das organizações de base, sobretudo quando articuladas por mulheres e pessoas trans negras, que reconfiguram a luta política a partir de suas vivências interseccionais. É nesse entrecruzamento de movimentos sociais e políticas públicas que as perspectivas de inclusão social podem ser fortalecidas, pois a legitimidade de uma ação estatal cresce quando há participação efetiva dos sujeitos-alvo na formulação e gestão dos programas. Entretanto, a prática ainda mostra muitas barreiras de participação, seja por falta de recursos para deslocamento e tempo, seja pela ausência de mecanismos de escuta e deliberação. Para que essa participação seja concreta, a pesquisa indica a necessidade de conselhos, fóruns e espaços permanentes de diálogo, assegurando representatividade. Em síntese, a discussão dos resultados converge na conclusão de que gênero e sexualidade constituem eixos de desigualdade e exclusão que não se limitam ao plano das identidades individuais, mas permeiam estruturas sociais, culturais e institucionais. A inclusão social depende de um conjunto de fatores, que vão desde a legislação até a mudança de mentalidades e práticas cotidianas, passando pela formação profissional e o engajamento de movimentos sociais. A interseccionalidade se mostra fundamental, pois, sem compreender a

sobreposição de raça, classe, geração e território, corre-se o risco de criar políticas ineficazes ou insuficientes para os grupos mais vulneráveis. A abordagem teórica de Foucault (1977) e Butler (2003), associada às reflexões de Louro (1997) e Bento (2008), oferece uma leitura crítica da normalização e dos dispositivos de poder que mantêm a hierarquização das expressões de gênero e sexualidade, ao passo que a teoria interseccional de Collins (2000) e Akotirene (2019) reforça a necessidade de contemplar simultaneamente os marcadores de raça e classe. O que emerge, então, é uma compreensão de que a inclusão social requer um processo complexo e contínuo de disputa e negociação, em que cada conquista pode ser ameaçada por retrocessos políticos e culturais. É fundamental, por isso, que haja uma mobilização ampla, envolvendo não apenas as pessoas diretamente afetadas, mas aliados em diferentes setores, para garantir a consolidação de direitos e o avanço de mentalidades mais abertas à pluralidade de corpos e desejos. Nesse ponto, cabe ressaltar que a perspectiva de gênero e sexualidade não se reduz ao binômio “aceitação vs. preconceito”, mas implica transformar a forma como a sociedade organiza o parentesco, a educação dos afetos, a distribuição de oportunidades no mercado de trabalho e a produção de conhecimento científico. Se, por um lado, a existência de grupos e coletivos aponta para a força do ativismo e para o surgimento de uma cultura mais acolhedora em alguns espaços, por outro lado, a ascensão de discursos fundamentalistas e a crescente polarização política lembram que os debates contemporâneos sobre gênero e sexualidade permanecem em ebulição. Assim, a pesquisa revela que as tensões entre conquististas e resistências marcam a agenda pública, e o conceito de inclusão social deve ser constantemente reavaliado, evitando reducionismos. Inclusão não é simplesmente permitir a presença de sujeitos LGBTQIA+ em determinados ambientes, mas criar condições efetivas de dignidade, segurança e participação equitativa, reconhecendo o valor dessas identidades e expressões de gênero. Para chegar a tal patamar, as políticas públicas precisam ser construídas de forma intersetorial, contemplando saúde, educação, assistência social, trabalho e cultura, e adotando metodologias participativas que ouçam os grupos marginalizados em todas as fases do processo decisório. Em última instância, a discussão aponta para a importância de manter, em âmbito acadêmico e militante, o esforço de investigação e denúncia das práticas excludentes, bem como a divulgação de experiências exitosas de acolhimento e emancipação. É nessa articulação entre produção de conhecimento crítico, ação política e práticas sociais concretas que as pautas de gênero e sexualidade podem continuar a avançar, mesmo diante das adversidades. Como sublinham Louro (1997) e Bento (2008), a transformação de padrões de masculinidade e feminilidade, e a legitimação de orientações sexuais não hegemônicas, constituem processos de longo prazo, que exigem tanto a desconstrução de discursos dominantes quanto a proposição de novas referências culturais e institucionais. Portanto, ao encerrar esta discussão, percebe-se que a inclusão social na perspectiva de gênero e sexualidade, se por um lado permanece frágil e sujeita a retrocessos, por outro conta com a vitalidade de sujeitos e coletivos que, em múltiplos espaços, produzem estratégias de sobrevivência, resiliência e mudança. A pesquisa deixa claro que a chave para avançar nessa seara é a combinação de políticas públicas efetivas, formações profissionais que desconstruam preconceitos e o protagonismo dos grupos envolvidos, assegurando que a luta por equidade não seja um tema restrito a nichos, mas um compromisso ético e político que permeie toda a sociedade.

V. Conclusão

A conclusão a respeito do tema “Gênero e Sexualidade: Desafios Contemporâneos e Perspectivas para a Inclusão Social” exige uma síntese crítica que contemple a complexidade das questões investigadas, as múltiplas dimensões de poder em jogo e a variedade de experiências que caracterizam a construção das identidades e relações de gênero e sexualidade no mundo contemporâneo. Ao longo das reflexões teóricas e empíricas, evidencia-se que as dinâmicas de exclusão e reconhecimento não se restringem a um único âmbito, mas atravessam instituições como a família, a escola, os serviços de saúde, o trabalho, as práticas religiosas e os espaços de sociabilidade, delineando um campo de tensões políticas e culturais (Butler, 2003; Foucault, 1977; Louro, 1997; Bento, 2008). Tal campo é habitado por sujeitos diversos, alguns dos quais são alvos de violência ou discriminação, enquanto outros exercem resistências e buscam ampliar as fronteiras do aceitável, exigindo políticas inclusivas que abarquem a pluralidade de expressões de gênero e de orientações sexuais.

Quando se observa o conjunto dos achados e análises, torna-se claro que gênero e sexualidade não são meros atributos individuais, mas dispositivos que estruturam relações de poder, criando hierarquias e normalizando determinados comportamentos em detrimento de outros (Foucault, 1977). Isso se reflete no modo como a sociedade organiza expectativas sobre masculinidades e feminilidades, impõe papéis para homens e mulheres, legitima a heterossexualidade como norma e marginaliza práticas ou identidades consideradas desviantes (Butler, 2003). A noção de performatividade de gênero, proposta por Butler, aponta para a ideia de que a “essência” do gênero não passa de um efeito consolidado pela repetição de atos regulados por convenções sociais, o que sugere a possibilidade de subversão e criação de novas formas de viver o corpo e a sexualidade. Nesse contexto, pessoas trans, travestis e não binárias, bem como sujeitos de sexualidades divergentes do padrão heteronormativo, são ao mesmo tempo agentes de ruptura e alvos de violências, pois sua mera existência questiona a suposta naturalidade do binário homem-mulher (Bento, 2008).

A pesquisa empírica, ao captar relatos de discriminação no ambiente escolar, no mercado de trabalho e em instituições religiosas, confirma que, ainda hoje, há uma lacuna considerável entre a retórica de direitos iguais e o cotidiano de exclusão vivenciado por sujeitos LGBTQIA+. Em ambientes educacionais, conforme Louro (1997), o silêncio ou a proibição de falar sobre gênero e sexualidade reforçam a ideia de que tais temas são “imorais” ou “inadequados”, perpetuando uma cultura de ignorância que pode culminar em bullying homofóbico e transfóbico. Alguns professores, mesmo cientes da relevância, sentem-se tolhidos por legislações locais que vetam a “ideologia de gênero” ou por pressões familiares e religiosas que condenam abordagens inclusivas. Isso resulta em um vácuo formativo que, em última instância, prejudica tanto alunos LGBTQIA+ quanto aqueles que poderiam aprender valores de respeito à diversidade. Ao mesmo tempo, iniciativas pedagógicas de enfrentamento, como projetos interdisciplinares sobre a história dos movimentos feministas e LGBTQIA+, mostram que é possível romper a lógica hegemônica, criando espaços de reflexão e acolhimento. Contudo, esses exemplos permanecem exceções em muitas redes de ensino.

No que tange aos serviços de saúde, a inclusão social de pessoas trans e travestis demanda não apenas a oferta de hormonização ou cirurgias, mas também a adoção de práticas de acolhimento integral, o reconhecimento do nome social, a formação de equipes profissionais capazes de lidar com as especificidades de cada sujeito, sem patologizar ou submeter a processos vexatórios (Bento, 2008). O discurso da universalidade do SUS (Sistema Único de Saúde) nem sempre se traduz em realidade para pessoas trans, que frequentemente relatam constrangimentos, falta de informação dos atendentes e longas filas de espera para procedimentos fundamentais à afirmação de sua identidade. Assim, a pesquisa aponta que a precariedade na implementação de protocolos de atenção integral, apesar de conquistas legais, revela a influência de discursos moralizantes e o desconhecimento técnico que se perpetua em diversos níveis. Para garantir inclusão, portanto, é necessário um esforço sistemático de formação continuada e fiscalização dos serviços, além de financiamento que garanta a ampliação e a manutenção de centros de referência.

O panorama de políticas públicas, em geral, revela uma paisagem heterogênea: algumas cidades e estados possuem leis que protegem minorias sexuais, conselhos de diversidade e programas específicos; outras, porém, carecem até mesmo de reconhecimento formal das demandas LGBTQIA+ e feministas. A instabilidade política, a polarização ideológica e a influência de bancadas religiosas e conservadoras, em muitos casos, dificultam a consolidação de leis e iniciativas que assegurem direitos. Mesmo onde as leis existem, observa-se que a implementação é frágil, pois as delegacias não são preparadas para atender crimes de homofobia ou transfobia, os conselhos não recebem recursos, as secretarias municipais carecem de pessoal capacitado, entre outros entraves (Carvalho, 2012). Esse hiato entre normatividade legal e práticas concretas corrobora a tese de que a inclusão social não se esgota em marcos jurídicos, exigindo a criação de condições materiais e simbólicas para que tais normas ganhem efetividade.

A presença ou ausência de movimentos sociais atuantes e a formação de redes intersetoriais constituem fatores decisivos para o avanço ou retrocesso de pautas de gênero e sexualidade. Onde coletivos feministas, LGBTQIA+ e antirracistas se articulam, pressionam e participam de instâncias de decisão, tende a haver maior chance de se estabelecer políticas e programas consistentes (Collins, 2000). A pesquisa empírica constatou que as iniciativas mais bem-sucedidas de inclusão resultam de processos colaborativos, em que militantes apresentam demandas, o poder público legítima e financia, e a sociedade civil acompanha a execução. Entretanto, essa colaboração nem sempre é fácil: disputas internas, falta de unidade estratégica e diferenças ideológicas podem minar o potencial de coalizões, enquanto a pressão de grupos religiosos conservadores e segmentos políticos contrários às pautas de diversidade podem sabotar ou bloquear projetos em conselhos e câmaras municipais.

Outro aspecto fundamental trazido pela análise é a necessidade de interseccionar gênero e sexualidade com recortes de raça, classe e território (Akotirene, 2019). Se pessoas brancas de classe média homossexuais ou trans já enfrentam dificuldades, mulheres negras e trans que habitam periferias vivenciam múltiplas camadas de exclusão, em que o racismo estrutural, a transfobia e a precariedade socioeconômica se somam, aumentando a vulnerabilidade a violências e reduzindo oportunidades de inserção laboral e educacional (Collins, 2000; Bento, 2008). A ausência de políticas específicas para esse público resulta em marginalização agravada, como observado em relatos de prostituição compulsória e falta de acolhimento em abrigos. Assim, pensar “inclusão social” sem atentar aos atravessamentos de raça e classe tende a gerar políticas universalistas que não alcançam os grupos mais oprimidos. Por outro lado, coletivos feministas negros ou iniciativas comunitárias voltadas a pessoas trans negras podem desenvolver práticas de solidariedade e empoderamento mais ajustadas às necessidades reais, evidenciando o papel crucial da articulação local e do conhecimento situado (Hirata et al., 2009).

Do ponto de vista religioso, a investigação revelou uma dualidade: há setores católicos e evangélicos progressistas que defendem a inclusão e reinterpretam tradições doutrinárias, mas há, com igual força, grupos fundamentalistas que veem as identidades LGBTQIA+ como ameaças à “família tradicional” e investem em campanhas de desinformação e ódio (Butler, 2015). Esse confronto simbólico e político impacta diretamente a capacidade de implementar políticas públicas de educação sexual, de reconhecimento de uniões homoafetivas e de proteção contra a transfobia, pois muitos parlamentares se valem de retórica religiosa para justificar vetos ou

cortes de verbas. Em contrapartida, setores religiosos inclusivos oferecem espaços de acolhimento, pastoral e reinterpretação teológica, demonstrando que a religião não é um bloco monolítico. Ainda assim, a força do conservadorismo religioso no debate público impede, em muitos casos, a disseminação de abordagens científicas e democráticas sobre gênero e sexualidade, o que sugere que a inclusão social depende de um processo contínuo de diálogo e contraposição a tais discursos excludentes.

No ambiente educacional, a pesquisa reforça a ideia de que a escola é um lugar estratégico para se promover valores de respeito e reconhecimento das diversidades sexuais e de gênero (Louro, 1997). Entretanto, constatou-se que esse potencial é minado por legislações municipais que proíbem terminologias como “gênero” nos currículos, pela falta de formação docente que capacite professores a tratar do assunto com segurança e pela pressão de famílias e grupos contrários à discussão do tema. Alunos LGBTQIA+ frequentemente relatam se sentir inseguros para assumir suas identidades no ambiente escolar, temendo piadas e a omissão de direções ou coordenadores. Em contrapartida, experiências em que as escolas assumiram a pauta de forma coletiva, integrando projetos pedagógicos interdisciplinares e convidando movimentos sociais para palestras, apresentaram melhora no clima escolar e redução de casos de bullying. Isso confirma a tese de que a abordagem pedagógica de gênero e sexualidade não é uma ameaça, mas um caminho para formar cidadãos mais críticos e empáticos, embora seja um caminho que depende de vontade política, recursos e apoio de instâncias superiores (Butler, 2003; Bento, 2008).

Em termos de perspectivas para a inclusão social, a discussão aponta para a necessidade de políticas públicas robustas e permanentes, incluindo, por exemplo, a criminalização efetiva de condutas transfóbicas e homofóbicas, a oferta de serviços especializados em saúde para pessoas trans e intersexo, a institucionalização de conselhos de diversidade com participação efetiva de movimentos sociais e a incorporação de conteúdos de gênero e sexualidade nos currículos escolares e de formação de profissionais (Carvalho, 2012). Tais ações, no entanto, devem ser acompanhadas de iniciativas culturais e educativas de combate ao preconceito, pois, como Foucault (1977) e Butler (2003) elucidam, a regulação das identidades se dá também nos planos micro, nas interações diárias e nos discursos que circulam. Dessa forma, se não houver mudança cultural que questione a heteronormatividade e a cisnormatividade, as leis podem tornar-se letras mortas ou produzir efeitos limitados. Além disso, a própria formulação de políticas necessita ser participativa, envolvendo sujeitos LGBTQIA+, movimentos feministas, comunidades negras e indígenas, reconhecendo a pluralidade de demandas e realidades (Hirata et al., 2009; Akotirene, 2019).

A literatura e os dados de campo sugerem ainda a importância de uma abordagem interseccional, pois, sem considerar a sobreposição de raça, classe, gênero e sexualidade, corre-se o risco de ignorar grupos hipermarginalizados. Por exemplo, uma política que vise a empregabilidade de pessoas trans, mas não aborde o racismo, pode falhar em atingir mulheres trans negras que sofrem discriminação adicional no mercado. Assim, a discussão da inclusão social exige, além de uma compreensão refinada das opressões interconectadas, a articulação de instituições e movimentos que trabalhem simultaneamente questões de racismo, machismo, LGBTfobia e capacitismo. A pesquisa encontrou exemplos de parcerias entre coletivos feministas negros e movimentos trans, o que fortaleceu demandas e gerou práticas mais inclusivas, por exemplo, oficinas de empreendedorismo e feiras de economia solidária destinadas a mulheres negras cis e trans, criando oportunidades de sustento autônomo.

O potencial das redes sociais e da comunicação digital é outro aspecto a ser considerado: se, por um lado, grupos conservadores e discursos de ódio se valem da internet para difundir preconceitos, por outro, os sujeitos LGBTQIA+ e feministas podem formar redes de apoio e visibilidade que transcendem barreiras geográficas (Butler, 2015). A juventude, principalmente, se mostra mais disposta a adotar linguagens e identidades fluidas, o que pode sinalizar uma mudança geracional. Entretanto, essa mudança não é linear nem livre de reações contrárias, pois as tensões políticas se acirram e setores ultraconservadores acusam tais movimentos de “destruição da família” ou “doutrinação ideológica”. A pesquisa demonstra que esses embates atravessam eleições, políticas de financiamento e até a regulação de conteúdos em redes sociais, o que reitera o caráter eminentemente político e conflitivo do debate sobre gênero e sexualidade.

Portanto, a discussão indica que a inclusão social no âmbito de gênero e sexualidade é um horizonte que requer esforço coletivo de múltiplos atores: movimentos sociais, profissionais de saúde e educação, lideranças religiosas progressistas, gestores públicos e a academia, que pode subsidiar com pesquisas e análises críticas (Louro, 1997; Bento, 2008). A produção acadêmica tem papel de desnaturalizar discursos biologizantes, expor as raízes históricas do patriarcado e do heterossexismo, e propor abordagens pedagógicas ou de saúde que valorizem a pluralidade. A formação inicial e continuada de professores, médicos, psicólogos, assistentes sociais e operadores do direito pode ser um caminho efetivo para mudar práticas cotidianas, garantindo que os sujeitos LGBTQIA+ sejam reconhecidos em seus nomes, expressões e direitos. A mobilização social, por sua vez, assegura que tais mudanças não fiquem restritas a núcleos isolados, pois a pressão coletiva impulsiona leis e programas.

A conclusão final, desse modo, é que a pesquisa confirma a persistência de desafios profundos para a inclusão social de minorias sexuais e de gênero, mas também registra experiências e iniciativas que apontam para transformações em curso. Se, em alguns contextos, a violência e a discriminação ainda são intensas, noutros há sinais de maior acolhimento e legitimação de identidades trans, lésbicas, gays, bissexuais e não binárias, assim como maior conscientização sobre a importância de combater o sexismo e a homofobia. Esse quadro de contrastes é compreensível em um mundo contemporâneo marcado pela simultaneidade de avanços e retrocessos políticos, pela globalização de ideias feministas e queer, mas também pela disseminação de ideologias conservadoras. A inclusão social, nessa conjuntura, depende tanto de arcabouços legais e administrativos quanto de processos culturais de médio e longo prazo, que demandam educação, campanhas públicas, articulações com grupos religiosos mais abertos, diálogos intersetoriais e a promoção de uma cultura de direitos humanos que vá além do discurso formal (Foucault, 1977; Butler, 2015; Louro, 1997).

Assim, se a inclusão social pode ser definida como a possibilidade de cada sujeito viver plenamente sua identidade de gênero e sexualidade sem sofrer violência, discriminação ou exclusão, e de acessar espaços de decisão e participação, é inegável que ainda há um longo caminho a percorrer para a efetivação desse ideal. Porém, o potencial transformador das lutas feministas, transfeministas e LGBTQIA+ e as alianças estabelecidas com movimentos antirracistas e anticapitalistas indicam a formação de novas coalizões capazes de disputar sentidos e redefinir normas (Collins, 2000; Bento, 2008). A pesquisa deixa evidente que, mesmo em cenários hostis, surgem formas de solidariedade e resistência criativas, confirmando que a identidade e a subjetividade não se resumem à passividade diante do poder, mas incluem a capacidade de questionar, subverter e reescrever o campo simbólico e político.

Por conseguinte, o desafio contemporâneo não se limita a reconhecer formalmente a existência de diferentes orientações sexuais e expressões de gênero, mas envolve a transformação das instituições e das mentalidades, para que a diversidade não seja tratada como exceção ou curiosidade, mas como parte integrante e legítima do tecido social. Isso supõe combater estereótipos, revisar currículos e práticas pedagógicas, capacitar profissionais de saúde, garantir a transversalidade das políticas públicas e assegurar espaços de voz e participação para os sujeitos afetados. A inclusão social, nesse sentido, se manifesta como um processo inacabado, constantemente negociado e reatualizado, dependendo de conjunturas políticas e culturais em cada localidade. Nesse sentido, as reflexões de Butler (2003) e Foucault (1977) acerca da relação entre poder, norma e resistência seguem iluminando as contradições do presente, enquanto autoras como Louro (1997), Bento (2008) e Collins (2000) evidenciam a necessidade de atentar às interseccionalidades e à pluralidade de experiências.

Desse modo, pode-se concluir que a inclusão social de grupos LGBTQIA+ e a promoção da equidade de gênero ainda se deparam com barreiras estruturais e conjunturais, mas não se pode ignorar a força das mobilizações que, em diferentes escalas, vêm construindo repertórios de ação e pressionando por políticas de reconhecimento. A discussão final reforça que a superação dos desafios contemporâneos demanda políticas públicas permanentes, formação de coalizões amplas, práticas educativas libertadoras e, principalmente, a consolidação de uma cultura de respeito às diferenças. Enquanto esses elementos não se conjugarem de forma consistente, o ideal de inclusão permanecerá fragilizado. Entretanto, o próprio movimento de contestação e criação de novas identidades e práticas, demonstrado na pesquisa, sinaliza que a história não está fechada: o devir das relações de gênero e sexualidade segue aberto, repleto de contradições, mas também de possibilidades emancipatórias. É nessa tensão que se insere o presente estudo, convidando à continuidade de investigações e intervenções que fortaleçam a dignidade e a liberdade de todos os sujeitos, quaisquer que sejam seus corpos e desejos.

Referências

- [1] BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism And The Subversion Of Identity*. New York: Routledge, 2003.
- [2] BUTLER, J. *Notes Toward A Performative Theory Of Assembly*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.
- [3] FOUCAULT, M. *A História Da Sexualidade I: A Vontade De Saber*. Rio De Janeiro: Edições Graal, 1977.
- [4] LOURO, G. L. *Gênero, Sexualidade E Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- [5] BENTO, B. *O Que É Transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- [6] SCOTT, J. "Gender: A Useful Category Of Historical Analysis." *The American Historical Review*, V. 91, N. 5, P. 1053-1075, 1990.
- [7] COLLINS, P. H. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, And The Politics Of Empowerment*. New York: Routledge, 2000.
- [8] AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
- [9] HIRATA, H. Et Al. *Dicionário Crítico Do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.
- [10] CARVALHO, M. C. "Desafios E Avanços Nas Políticas De Gênero E Sexualidade." *Revista Brasileira De Educação*, V. 17, N. 51, P. 703-725, 2012.
- [11] BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Qualitative Research For Education: An Introduction To Theories And Methods*. 5. Ed. Boston: Pearson, 2012.
- [12] GIL, A. C. *Métodos E Técnicas De Pesquisa Social*. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- [13] FLICK, U. *Uma Introdução À Pesquisa Qualitativa*. 6. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- [14] BARDIN, L. *Análise De Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- [15] MINAYO, M. C. S. *O Desafio Do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa Em Saúde*. 14. Ed. São Paulo: Hucitec, 2017.